



Jornal FNE Edição 102 – Nov/10

Nesta edição de Engenheiro, relatos de importantes iniciativas não só para a engenharia, mas para toda a sociedade brasileira. Em matéria de capa, novo impulso à consolidação da parceria entre o Brasil e a Alemanha. Esse foi dado pela realização da segunda edição do

Dia da Engenharia Alemã, promovido pela VDI Brasil, com apoio da FNE. Com importantes participações, evento apontou as possibilidades

de intercâmbio e o interesse mútuo em que isso aconteça.

Os preparativos de Manaus, a sede amazônica da Copa do Mundo de 2014, prometem deixar um legado extremamente benéfico à cidade e sua população, com ênfase à mobilidade urbana.

Iniciativa fundamental da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), apresenta à sociedade as propostas da entidade para tornar o Brasil um país realmente desenvolvido, que garanta condições dignas de vida à sua população.

Em entrevista, o novo presidente da Abar (Associação Brasileira das Agências de Regulação), José Luiz Lins dos Santos, diretor da FNE, fala sobre seu plano de trabalho e a importância da atividade. Em C&T, a discussão sobre a redução dos títulos de engenharia, dos atuais 250 para 22, pretendida pelo MEC (Ministério da Educação) e suas implicações.

E mais o que acontece nos Estados. Boa leitura.

OPINIÃO

Já rendeu até filme (“Doutrina de choque”, de Michael Winterbottom) e exposição (em Londres, no Tate Modern Gallery), mas ainda é pouco, pois a verdade é que a engenharia da catástrofe torna-se cada vez mais atual e urgente. O mundo começa a despertar para o fato de que governos e a iniciativa privada precisam investir na prevenção de problemas que podem aparecer no futuro, deixando assim a população mais aliviada. Ou pelo menos mais prevenida.

Mas isso ainda só vale para países desenvolvidos. Na Holanda, por exemplo, as construções já estão se adaptando às futuras grandes enchentes. O país, que está abaixo do nível do mar, vive esse eterno pesadelo. Mas antes que vire uma Atlântida, os arquitetos de lá já mexeram os pauzinhos, ou melhor, os tijolos. Uma empresa de construção local ergueu 32 casas anfíbias, capazes de boiar nos casos de elevação do nível da água. As moradias flutuantes já estão prontas e habitadas e se situam na Vila de Maasbommel, lugar cheio de diques e recortado por rios. Por € 40 mil é possível comprar uma dessas.

Enquanto isso, aqui no Brasil, pouco ou nada se faz. E não basta estimular a população a trocar lâmpadas comuns pelas fluorescentes ou andar de bicicleta em vez de usar veículos automotores poluidores. Santa Catarina, que não fica abaixo do nível do mar como a Holanda, tem um triste histórico de enchentes e catástrofes climáticas e a cada vez que o drama se repete fala-se em prevenção, tema que vai morrendo aos poucos, enquanto a população não atingida acostuma-se ao sofrimento dos flagelados.

Já disse várias vezes e repito: os profissionais da engenharia do país inteiro precisam estar habilitados a enfrentar as mudanças climáticas adversas e isso somente poderá acontecer se uma iniciativa em forma de curso na área de segurança for viabilizado, englobando os mais diversos segmentos da nossa profissão, pois a catástrofe é multifuncional, atingindo desde a agronomia até a indústria, passando pela construção civil, entre tantas especialidades.

E a engenharia da catástrofe tanto pode englobar os grandes dramas climáticos da humanidade, como problemas de trânsito, que certamente são pequenos perante os desastres, mas minam o tempo e a paciência de quem diariamente perde horas em engarrafamentos.

Habilitar e treinar os profissionais para enfrentar tudo isso não é tarefa pequena, mas é uma realidade que se impõe. Para isso, o Sindicato dos Engenheiros de Santa Catarina se propõe a levantar esse tipo de questão e até mesmo capitanear um movimento para que a iniciativa saia dos discursos e passe a fazer parte da vida prática.

O último relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) já apontou que a culpa pelo aquecimento global é nossa e ponto final. As consequências já estão aí, batendo em nossas portas e não há como e nem para onde fugir. Ou fazemos a nossa parte ou podemos desde já nos preparar (ou não, como tem sido o caso) para o pior.

José Carlos Rauen é presidente do Senge Santa Catarina

CRESCER BRASIL

A capital da Amazônia se prepara para investir R\$ 6 bilhões em infraestrutura e logística, além de equipamentos para as atividades da Copa do Mundo no Brasil em 2014. Escolhida uma das 12 cidades-sede da competição, Manaus deve entregar todos os empreendimentos até final de 2012, candidatando-se também aos jogos da Copa das Confederações em 2013. As informações foram dadas por Júlio César Soares da Silva, secretário de Estado da Juventude, Desporto e Lazer de Amazonas. “São 26 grandes projetos, divididos em dez grupos”, explica Manoel Paiva, assessor de infraestrutura da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Ele continua: “A base é a sustentabilidade.”

Sobre esse mote, serão recuperados dois locais para servir de centros de treinamento e construída a Arena da Amazônia, na zona centro-oeste de Manaus, onde se encontrava o antigo estádio Vivaldo Lima, o Vivaldão, que datava da década de 70 e foi demolido para que a área abrigue a nova estrutura. Segundo explica Paiva, que é engenheiro, poderia ter-se optado por uma reforma, mas não daria para atender o padrão exigido pela Fifa (Federação Internacional de Futebol Associado). Para garantir seu lugar entre as cidades-sede, será edificado o espaço multiuso com acessibilidade, sala de imprensa e estacionamentos adequados, ao custo de R\$ 499,5 milhões – sendo R\$ 400 milhões empréstimo pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e o restante, contrapartida do Governo do Estado. “A capacidade, durante a Copa, será de 40.557. E após, 42.132”, afirma Silva. De acordo com o assessor da Secretaria de Planejamento, apesar de essa projeção adicional ao término da competição, não está descartada alternativa de estrutura provisória no anel superior das arquibancadas e de redução em 35% nesse volume, a depender do que se defina. “A ideia é que atenda campeonatos e programações culturais”, diz Paiva. Silva complementa: “Existem parcerias a serem firmadas com a iniciativa privada para o controle e manutenção.”

Nessa obra, ainda conforme ele, o objetivo é combinar “a ecologia e a economia de tal forma que o edifício represente um ideal no presente e nos próximos anos”. A preocupação com o meio ambiente teve início já na demolição, que foi mecânica justamente com o fim de gerar o menor impacto possível. “Todo o material de concreto foi reaproveitado e o ferro, vendido para metalurgia. Os vasos hidráulicos, assentos, coberturas foram destinados a estádios do Interior e região metropolitana”, enfatiza Paiva.

Ainda sob essa ótica, definiu-se um programa de medidas e metas. Entre elas, Silva cita: certificação de acordo com o Leed (Leadership in Energy and Environmental Design) dos conselhos de prédios verdes dos Estados Unidos e do Brasil; utilização de sistemas de controle de edifícios inteligentes, incluindo de iluminação eficiente e de economia e reúso de água; ventilação e refrigeração natural. Os assentos serão em material reciclável, e a drenagem será a vácuo, como informa Paiva, “fazendo com que a água sirva tanto para limpeza quanto para atendimento de todo o estádio. Estamos ainda estudando adotar na cobertura placas de energia solar. Nos centros de treinamento, esse uso já está definido”.

Mobilidade

A 7,5km do aeroporto e a 8km do porto, a Arena está muito bem localizada, garante ele. “Faz a interligação entre a zona mais populosa da cidade e o centro.” Para assegurar a circulação dos cidadãos, estão previstos, como descrevem os representantes das secretarias, a construção e integração de 20km de rede de monotrilho, o qual incluirá nove estações e está projetado para atender uma demanda de 201,8 mil passageiros por dia. “Movido a energia elétrica, deve retirar 400 ônibus do círculo do centro histórico, minimizando o impacto ambiental”, afirma o engenheiro. Esse será integrado física e tarifariamente ao BRT (Bus Rapid Transit), ônibus segregado em via exclusiva. Além disso, entre os projetos, está prevista a recuperação do porto fluvial. “O objetivo é melhorar a acessibilidade, a estrutura logística no embarque e desembarque e a informatização, de modo a intensificar o transporte aquaviário urbano, que também pode ser integrado aos demais modais”, explicita o engenheiro. Na sua concepção, o sistema de mobilidade urbana – no qual serão investidos quase R\$ 1,7 bilhão – será o principal legado pós-Copa a Manaus.

O Aeroporto Eduardo Gomes será ampliado em sua capacidade, atualmente de 3 milhões de passageiros para 5 milhões. Paiva lembra que essa era uma necessidade, e o mundial trouxe a oportunidade de atendê-la: “A demanda hoje já é maior do que a oferta.” Conforme Silva, as obras estão em fase final de licitação, exceto o monotrilho, que já passou por essa etapa e deve ser iniciado nos próximos três meses.

Outra questão que deve ser resolvida é a energética. “Vamos mudar a matriz, hoje baseada em termelétricas a diesel no Estado.” Ele afirma que o Amazonas ainda não estava conectado ao sistema interligado nacional e agora, com o linhão de Tucuruí e a implantação de gasoduto urbano, passará a estar e a geração será mais limpa. Também estão previstas iniciativas no âmbito da tecnologia de informação, para comunicação e transmissão de dados, por iniciativa tanto do governo federal quanto da iniciativa privada. Além, é claro, de equipamentos para atender turistas, como incremento da infraestrutura de hotéis, investimento a ser feito por empreendedores particulares que poderão contar com empréstimo do BNDES. Outra opção é “trazer navios transatlânticos para complementar a rede de cerca de 12 mil leitos requeridos”. Serão também implantados três grandes fan parks. Exigência da Fifa, esses locais serão montados provisoriamente para servir de ponto de encontro para as pessoas. E o centro da cidade deverá ser revitalizado. Para Paiva, o principal desafio é cumprir o cronograma. “Estamos correndo contra o tempo”, conclui. (Soraya Misleh)

ENGENHARIA

Promovida pela VDI (Associação de Engenheiros Brasil-Alemanha), em parceria com a FNE e a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha de São Paulo, aconteceu em 21 de outubro,

em São Paulo, a segunda edição do Dia da Engenharia Alemã. Durante a cerimônia de abertura, o presidente da VDI, Edgar Horny, ressaltou o sucesso da cooperação tecnológica entre os dois países, além de abrir espaço para troca de informações e conhecimento.

Para o presidente da FNE, Murilo Pinheiro, o evento contribui para o avanço da tecnologia brasileira. Ele enfatizou a satisfação de ter a VDI como parceira na discussão dos assuntos pertinentes ao crescimento do País e principalmente na criação da IES (Instituição de Ensino Superior), voltada à inovação e em fase de implantação pelo Seesp. “Temos que saudar os nossos parceiros alemães pela satisfação de aprender, de debater o desenvolvimento e de fazer do nosso país uma nação tecnologicamente assistida e com projeção para o futuro”, concluiu.

Matthias von Kummer, cônsul-geral da Alemanha em São Paulo, elogiou a iniciativa de implementar uma IES, pois os dois países precisam de engenheiros qualificados. Na mesma linha, Willi Fuchs, vice-presidente da VDI-Alemanha, disse que a entidade germânica está disposta a enriquecer a educação e que a parceria com a FNE serve para consolidar esse processo.

Sobre cooperação tecnológica, o vice-ministro de Transportes, Construção e Desenvolvimento Urbano da Alemanha, Rainer Bomba, salientou que a área de maior interesse dos alemães é a de energia renovável. Segundo ele, motores a combustão serão ainda utilizados nos próximos 30 ou 40 anos, mas é necessário pensar em formas alternativas de geração de energia para a proteção climática. “Temos grande interesse no know-how do bioetanol brasileiro”, mencionou.

No Brasil, essas parcerias beneficiarão a área de infraestrutura. Conforme Bomba, os alemães vão elaborar um projeto de alta engenharia para melhorar as instalações e a logística do Porto de Santos, que se tornará um dos maiores do mundo. “A solução levará em consideração a questão da sustentabilidade e o terminal portuário será o primeiro sem emissão de CO₂”, revelou. O vice-ministro enfatizou ainda a importância da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016 como estímulo à geração de empregos e à melhoria da mobilidade urbana. Na sua opinião, a Alemanha, que sediou o mundial de futebol em 2006, tem muito a contribuir nesse processo. “Com a nossa experiência vamos ajudar o Brasil a aproveitar essa oportunidade”, afirmou.

Mercado em expansão

As possibilidades de relacionamento científico e econômico entre os dois países foi tema da palestra de Weber Porto, presidente da Câmara Brasil-Alemanha e da Evonik Degussa Brasil. Conforme ele, além da tecnologia do carro elétrico, o futuro indica que a demanda de energia no Brasil deverá ser alimentada por fontes renováveis como o vento e o sol. “Somos privilegiados nesses dois aspectos e a Alemanha é um dos líderes no setor, desenvolvendo chapas fotovoltaicas e turbinas eólicas. Portanto essa cooperação pode ser extremamente frutífera em pouco tempo”, acredita.

Hans-Peter Sollinger, da Voith Paper, Simone Nagai, diretora de relações corporativas da Bracelpa (Associação Brasileira de Celulose e Papel) e Sergio Amoroso, presidente do Grupo Orsa falaram sobre produção limpa nessa área, dando ênfase à economia de energia e à ampliação da reciclagem. Em expansão no Brasil, o setor ocupa hoje o quarto lugar no ranking mundial de produção de celulose e o nono na fabricação de papel. Composto por 222 empresas, gera 115 mil empregos diretos e 575 mil indiretos e a previsão de investimentos é de US\$ 20 bilhões até 2020.

O evento contou ainda com a participação de Rainer Hirschberg, da Aachen University of Applied Sciences, que falou sobre eficiência energética em edificações. Segundo ele, os prédios respondem por aproximadamente 41% do consumo de energia primária global. Nesse contexto, Ulrich Ostertag, presidente da Bayer Material Science para América Latina, apresentou o Ecocommercial Building, um conceito de edifício que tem emissão zero de gases causadores do efeito estufa e de resíduos e 100% de energia renovável. O plano inovador que oferece consultoria completa deve chegar ao Brasil em 2011.

O último tema do encontro ficou por conta do tecnologista sênior no Instituto de Aeronáutica e Espaço do CTA (Centro Técnico Aeroespacial), Paulo Moraes Júnior, que falou sobre as vantagens e os desafios de se estudar na Alemanha.

SINDICAL I

Com a ideia de conquistar uma plataforma comum em favor do País, os profissionais liberais de nível superior apresentaram aos candidatos aos cargos Legislativos e Executivos nas eleições deste ano uma série de propostas. Findo o pleito, o desafio será se mobilizar pela sua implementação. O que deve ser feito de forma unitária juntamente com os trabalhadores em geral, os quais apontaram eixos centrais a um país inclusivo e soberano durante a Conferência da Classe Trabalhadora, realizada em 1º de junho último, em São Paulo.

O documento – elaborado pela CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) – endossa-os e serve de ponte entre as camadas médias e esse conjunto. Quem destaca é Allen Habert, diretor de articulação nacional dessa entidade. A iniciativa pioneira vai ao encontro também do que propugna o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” – lançado em 2006 pela FNE, filiada à confederação, e atualizado no ano passado.

Intitulado “Manifesto aos candidatos nas eleições de 2010” e disponível no site www.cntu.org.br, abrange 12 metas a serem conquistadas. No elenco, prioridades à ação do próximo governo rumo a um Brasil mais justo em 2022 – quando se celebrará o bicentenário de sua Independência. São elas: desenvolvimento sustentável para gerar melhores empregos, oportunidades e renda; economia criativa e intensiva em conhecimento de modo a agregar

mais valor à produção social e criar empregos mais valorizados e bem remunerados; exploração sustentável das riquezas naturais e proteção e preservação da biodiversidade e dos ecossistemas no território nacional; repartição mais equitativa da terra, prioridade para a agricultura familiar e ecológica e soberania alimentar; qualificação e requalificação profissional; valorização do trabalho, do emprego e da capacidade empreendedora; desenvolvimento e justa distribuição da infraestrutura produtiva e social (especialmente nos setores de transporte, habitação, saneamento básico, agricultura e segurança alimentar, educação, saúde e cultura); promoção da ciência, tecnologia e inovação, sobretudo em áreas e projetos em que se possa dar relevantes contribuições ao desenvolvimento humano e social nacional e global; melhor gestão, atendimento e respeito aos direitos dos cidadãos nos serviços públicos; distribuição justa da carga tributária e maior retorno dos recursos fiscais à população; melhor sistema de aposentadoria para todos; e respeito às diferenças, inclusive culturais e dos modos de existência, e promoção da saúde através de melhor qualidade de vida, do lazer, da valorização do pensamento livre e da capacidade criativa.

Aprofundar conquistas

Dando voz a 10 milhões de cidadãos portadores de diplomas universitários, na ótica de Habert, o manifesto “é uma expressão apartidária importante, positiva e muito atualizada do que precisa ser feito no Brasil a partir dessas eleições”. Para ele, o desafio colocado é aprofundar as conquistas socioeconômicas. “Findamos em outubro um ciclo que começou com a Revolução de 1930, saindo da 30ª posição na economia mundial à época para a oitava. Esse foi o período mais importante de formação desta nação. O Estado, que antes visava atender uma elite, agora deve servir horizontalmente à grande maioria da população”, contextualiza o diretor da CNTU, para quem esses 80 anos abrem um rol de necessidades ao País, que “vai se tornar uma das cinco potências mundiais e vem conquistando nos últimos anos o desenvolvimento, com lenta, mas importante distribuição de renda”.

Nesse panorama, inserem-se as novas demandas para os próximos anos. “O manifesto as aponta e visa transformá-las em ação”. Com isso, busca, ainda conforme Habert, enraizar a democracia socioeconômica, que viria a se somar à política, já consolidada tanto no Brasil quanto na América do Sul como um todo. “As seis categorias representadas pela CNTU – economistas, engenheiros, farmacêuticos, médicos, nutricionistas e odontologistas –, congregando 150 entidades sindicais, acreditam que há interesse de parte significativa dos profissionais liberais universitários de serem protagonistas nessa construção”, enfatiza ele.

O desafio não é pequeno, diante da conjuntura atual, em que ainda grande parte da riqueza está concentrada nas mãos de poucos – apesar da expansão nos investimentos, empregos e massa salarial experimentada nos últimos anos. São, como consta do documento, menos de 30 mil famílias privilegiadas pelo rentismo. O texto dá conta de que somente em 2009, mesmo depois de melhorado o perfil e escalonamento da dívida pública, R\$ 380 bilhões serviram ao pagamento de juros e amortizações dessa. “Isso representou 36% do orçamento da União, do qual foram destinados menos de 3% para a educação e 5% para a saúde. [...] Devemos inverter essa lógica, fazendo frente à maior dívida que temos, que é social”, conclui.

A resposta acerca de como promover a mudança é dada no próprio manifesto: “Com inteligência, trabalho valorizado, investimento e participação, superaremos as mazelas herdadas em que pesam negativamente a pobreza, a exclusão social e a economia excessivamente dependente do mercado externo e da exploração predatória dos recursos naturais.”

SINDICAL II

MA

Senge apoia candidato a conselheiro federal

Acontecerá no dia 9 de novembro, das 9h às 19h, a eleição para conselheiros federais na modalidade engenharia mecânica e industrial. Com apoio do Senge, concorre a uma vaga na plenária do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) Cleudson Campos de Anchieta. O candidato, que já atuou na Alumar (Consórcio de Alumínio do Maranhão), na Ambev e atualmente é diretor da Sociedade Maranhense de Desenvolvimento Social, pretende “promover uma melhor legislação para todo o Sistema Confea-Creas, sendo interlocutor atuante entre esse, os profissionais e as entidades, para propiciar maior participação da categoria na busca da valorização profissional e nas questões sociais”. Ele tem como suplente Adriano Henrique Martins Rabelo. As urnas estarão disponíveis na sede do Crea-MA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Maranhão) e em suas inspetorias nas cidades de Imperatriz, Açailândia, Balsas, Santa Inês, Caxias, Presidente Dutra, Timon e Bacabal, bem como no Senge-MA e na Vale S.A.

MS

Ações sindicais

Objetivando cumprir seu papel em defesa do profissional e por sua valorização, a direção do Senge Mato Grosso do Sul está “dialogando com várias Prefeituras e com o Governo estadual para que seja respeitado o salário mínimo profissional, estabelecido pela Lei 4.950-A/66”, disse o seu presidente, Edson Kiyoshi Shimabukuro. Ele informou que ocorreram duas palestras em setembro, no auditório do Crea (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia). A primeira, “Aplicações do aço na construção civil e o light steel framing como solução residencial”, foi apresentada no dia 17 de outubro por Heber Campos, engenheiro de Desenvolvimento e Construção, reunindo 60 participantes. A segunda, “Perfis estruturais Gerdau aplicados na construção civil”, no dia 22, tendo como palestrante Célio de Oliveira Perucelo e contando com a presença de 120 pessoas.

TO

Nova diretoria tomou posse

Em solenidade no dia 1º de outubro último, foi empossada a diretoria do Seageto, eleita para o triênio 2010-2013. A cerimônia na sede da entidade foi prestigiada por Roberto Sahium, membro da nova equipe e secretário da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado do Tocantins, além de profissionais e familiares. O presidente João Alberto Rodrigues Aragão, reeleito para comandar a entidade pelo terceiro mandato, agradeceu a confiança: “Queremos fazer uma administração para ficar na história, com muito trabalho em prol da categoria, mas, para isso, precisamos da participação dos profissionais ajudando a executar o planejamento e defendendo os interesses de toda a classe.”

RS

Luta pelo parque no Morro Santa Tereza

O Senge-RS ampliou de forma destacada seu envolvimento no movimento pró-Parque Morro Santa Teresa, em Porto Alegre, apoiando e assinando a carta de intenções redigida por várias entidades. Isso é resultado de um trabalho liderado por esse sindicato que conseguiu retirar o projeto de lei da pauta da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, encaminhado pelo Governo do Estado, propondo imediata permuta de área no Morro Santa Teresa em troca da execução do plano de descentralização da Fundação de Assistência Socioeconômica, ocupante do terreno. Segundo José Luiz Azambuja, presidente do Senge, o desafio agora é ampliar a força deste movimento com a participação do maior número possível de pessoas. Mais informações no site www.omorroenosso.com.br.

PI

Presidente do Senge disputou Senado

Aceitando o convite do Partido Verde, Antônio Florentino de Souza Filho, presidente do Senge Piauí, disputou uma vaga no Senado pelo Estado. Segundo ele, que obteve 18.188 votos, “foi uma campanha pautada por projetos de desenvolvimento discutidos pela categoria em todo o País, em especial no Piauí, agregados ao programa do partido, juntamente com a bandeira pela defesa da sustentabilidade, das instituições e das categorias profissionais”. Para o engenheiro, apesar das dificuldades de ter de enfrentar o poder econômico na disputa eleitoral, era necessário aceitar o desafio “para fazer ecoar a mensagem da categoria e o anseio do povo”.

CE

Políticos encampam propostas do sindicato

Visando beneficiar a categoria, a direção do Senge-CE apresentou sugestões aos candidatos ao Governo, ao Senado e à Assembleia Legislativa, muitas delas aprovadas. Segundo sua presidente, Thereza Neumann Santos de Freitas, o senador eleito José Pimentel (PT), por exemplo, “manifestou seu apoio à implementação do Programa Nacional de Assistência Técnica em Desenvolvimento Urbano, aprovado na 3ª Conferência Nacional das Cidades”. Esse programa, explicou, tem o propósito de inserir equipes multidisciplinares de profissionais da área tecnológica nos municípios brasileiros, por meio das prefeituras, para efetivação de ações em desenvolvimento urbano e social. No âmbito do poder executivo, ela informou que “o governador reeleito Cid Gomes comprometeu-se a reestruturar o quadro salarial dos profissionais nas diversas secretarias, realizar concursos públicos para a complementação do corpo funcional do Estado, criar uma escola de formação e capacitação dos servidores, bem como um instituto de planejamento e gestão de desenvolvimento urbano na promoção da elaboração de projetos e estudos técnicos para dar base aos municípios”. Além disso, ressaltou que a deputada estadual eleita pela segunda vez, Raquel Marques (PT), “abraçou a causa do sindicato com a criação da Frente Parlamentar de Valorização dos Profissionais da Área Tecnológica de Ensino Superior Pleno, faltando apenas a sua homologação pela plenária da Assembleia na próxima legislatura”.

ENTREVISTA

Eleito em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 8 de outubro último, o engenheiro José Luiz Lins dos Santos é o novo presidente da Abar (Associação Brasileira de Agências de Regulação), com mandato até 30 de abril de 2012. Conselheiro diretor da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará, é também diretor da FNE. Agora, à frente da entidade que reúne 38 associadas, entre órgãos federais, estaduais e municipais, ele pretende dar continuidade ao trabalho feito pelos antecessores, priorizando a divulgação do tema à sociedade. Na agenda de trabalho, inclui o empenho junto às lideranças partidárias para que seja votado o Projeto de Lei 3.337/04, que, segundo ele, trará consolidação institucional para o setor.

Quais são os planos para a Abar durante a sua gestão como presidente?

Pretendo dar continuidade às ações que vêm sendo desenvolvidas pelos sucessivos dirigentes anteriores, evidentemente dentro de um estilo e experiência próprios. Mas, de uma forma geral, pretendo priorizar a divulgação da regulação junto à sociedade, classe política e governantes, promover atividades de capacitação dos agentes reguladores das associadas e encontros e publicações sobre o tema e, sobretudo, trabalhar pela unidade da associação,

estando em permanente contato com as agências. Com a participação da quase totalidade dos órgãos existentes no País como associados, a Abar passa a ter um papel fundamental na consolidação da atividade regulatória, credencia-se como principal interlocutora na defesa dos interesses desse setor. Como entidade associativa, pode falar pelas agências de forma mais livre, já que essas, sendo órgãos públicos, encontram-se limitadas pela hierarquia da administração e têm dificuldades de se pronunciarem individualmente.

Na sua opinião, em que estágio estão as agências reguladoras no Brasil?

A atividade no Brasil, ao menos nos termos institucionalmente estabelecidos atualmente, através de entes próprios de regulação, é muito recente. Tem pouco mais de 13 anos, quando foi criada a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). Antes, o Estado promovia a regulação, que é uma de suas obrigações, por meio de sua administração direta, com pouca eficácia, uma vez que é tradição entre nossos governantes realizar sem se preocupar com o estabelecimento de regras que garantam padrões de excelência, eficiência e zelo. Então, regulação não é novidade. Apenas está sendo exercida de forma mais profissional e com maior controle da sociedade. Tal imposição nasceu da necessidade surgida com o advento da reforma do Estado brasileiro, na metade da década de 90, quando esse deixou de ser provedor direto, passando muitas de suas responsabilidades à iniciativa privada, principalmente de natureza econômica e de prestação de serviços públicos, tais como energia, saneamento, telecomunicações, transportes etc.

De uma forma geral, podemos observar que a regulação deu passos gigantescos nesse período, embora falte uma compreensão maior por parte da sociedade, e até mesmo dos políticos e governantes, do que seja o seu papel. Muita gente confunde, por exemplo, com a atribuição dada aos órgãos de defesa do consumidor. As agências reguladoras, embora tenham que trabalhar em sintonia com eles, possuem uma missão diferente, devem observar o cumprimento dos contratos firmados entre os prestadores privados e o poder público, visando garantir a melhor forma dessa prestação de serviço, combinando a modicidade das tarifas com o equilíbrio econômico-financeiro para que esses serviços não sejam interrompidos, prejudicando os usuários.

Tendo nascido juntamente com a reforma do Estado no Brasil, a regulação, na visão de muitos, confunde-se com as políticas neoliberais, não?

Isso é um equívoco porque na realidade a regulação é um antídoto aos efeitos do neoliberalismo, que se caracteriza exatamente pela desregulamentação, pela ação do livre mercado. A regulação mantém o controle sobre esse para evitar abusos e excessos.

Agências de destaque como a Aneel e a Anatel até hoje recebem muitas críticas por não conseguirem assegurar plenamente os interesses dos consumidores. Qual a sua avaliação sobre isso?

Nesses setores, energia elétrica e telefonia, a demanda é muito grande e a evolução do mercado muito rápida. Assim, considero que de certo modo elas vêm atendendo bem às necessidades geradas pela regulação, mas, como órgãos públicos, têm que seguir critérios e limites estabelecidos para a administração pública, mesmo considerando a autonomia institucional, além de terem que se conformar aos manejos orçamentários do Governo, com contingenciamentos que acabam por afetar o desempenho operacional. E este é um desafio comum a ser enfrentado pelas agências.

Que interação e parceria podem haver entre a Abar e a FNE? Qual a importância dessa relação?

A FNE, embora uma entidade de caráter sindical, representa categorias da área científica e tecnológica que são muito identificadas com o desenvolvimento do País e que tem se conduzido exitosamente nesse sentido, como, por exemplo, com o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. A regulação também tem seu viés de contribuição ao desenvolvimento econômico e social do País, através da normalização de importantes setores da economia e da prestação de serviços públicos de infraestrutura (energia, transportes, água e esgoto, meio ambiente etc), tudo com identidade muito próxima dessas categorias. Além disso, por atuar há mais de 15 anos em diversos postos de sua diretoria, conheço a importância e a seriedade da FNE e a ela dedico uma afeição especial. Assim, muito me interessa essa parceria.

C&T

Facilitar a elaboração dos projetos pedagógicos pelas instituições, orientar os estudantes nas escolhas profissionais, favorecer a mobilidade e empregabilidade dos alunos e dar mais clareza às empresas e órgãos públicos na identificação da formação necessária aos seus quadros de pessoal. Esses são os objetivos apresentados pelo MEC (Ministério da Educação) para promover o processo de revisão que pretende reduzir os aproximadamente 250 títulos de engenharia hoje existentes para apenas 22 denominações.

O trabalho, que não tem previsão de término, teve início no ano passado, após consulta pública disponibilizada na Internet pela Sesu (Secretaria de Educação Superior), responsável pela mudança. Contendo os referenciais curriculares mínimos de cada curso proposto, a página ficou no ar por um mês. Durante esse período, diversos segmentos interessados no assunto, como representantes da comunidade acadêmica, conselhos profissionais e entidades de classe, puderam agregar informações e sugerir modificações. Ao todo, segundo a Sesu, foram mais de 2 mil contribuições. Após a finalização da consulta, teve início a preparação do documento final.

Para José Roberto Cardoso, diretor da Escola Politécnica da USP (Universidade de São Paulo) e coordenador do Conselho Tecnológico do Seesp, os prazos da consulta pública foram curtos. “Acredito que essa medida está sendo feita de fato um pouco corrida até para evitar espaço de muita discussão porque é algo que precisa ser feito. Uma sugestão seria implantar a mudança de forma escalonada, a cada cinco anos, por exemplo, possibilitando que as escolas se adaptem gradualmente.”

Diretor da FNE e coordenador nacional da Caep (Comissão de Assuntos do Exercício Profissional), José Ailton Pacheco, acredita que a medida deveria ser mais estudada e discutida com a categoria. “Esse tema não foi debatido com os engenheiros. Sou favorável à mudança, mas não da maneira que está sendo proposta. Temos sim que ter uma engenharia tronco e especialização após a formação básica. A exemplo do médico, que estuda cinco anos e só depois faz um curso de residência na função em que quer atuar”, salientou.

Na opinião de Álvaro Toubes Prata, reitor da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e vice-presidente da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), a medida é positiva porque estabelece um referencial que ajudará na avaliação dos cursos. “Não é justo que qualquer escola crie uma graduação em engenharia com o nome e o programa que quiser. Muitas faculdades lançam cursos novos para não serem avaliadas”, criticou.

Reforma necessária

Conforme explica Cardoso, o excesso de denominações prejudica a mobilidade dos estudantes formados. “Um engenheiro de telecomunicações, por exemplo, pode exercer qualquer outra atividade ligada à área elétrica. Porém, pelo fato de ter no título essa nomenclatura específica não é contratado para outras funções. A redução possibilitará um mercado bem mais amplo”, disse. Na mesma linha, Marcos Leopoldo Borges, diretor do curso de engenharia civil da Uniube (Universidade de Uberaba), acredita que a mudança permitirá às empresas escolher técnicos com perfil mais generalista. “Com uma quantidade excessiva de nomes, creio que o profissional fica sem identidade. Só para civil são 15 diferentes atualmente”, mencionou.

Segundo Cardoso, muitas especialidades foram criadas para acomodar divergências internas nas universidades ou para atrair novos alunos com denominações de cursos ilusórias, oriundas mais de ações de marketing do que da real necessidade do País. “Essa mudança já acontece lá fora há muito tempo. A Europa limitou em 14 os títulos dos cursos de engenharia e na América do Sul, a Argentina reduziu a 22 também”, informou.

Por outro lado, Prata acredita que o processo poderia respeitar as denominações de algumas graduações bem consolidadas, como a aquicultura. O reitor da UFSC também enfatiza que as instituições com tradição na área da engenharia no Brasil precisam ter a liberdade de olhar para o futuro e criar novos cursos. “Precisamos de autonomia”, destacou.

Nesse sentido, o MEC informou que estará atento às mudanças tecnológicas e que as instituições de ensino superior poderão criar novos cursos, mas que essa situação será sempre avaliada com o cruzamento de dados dos referenciais curriculares nacionais. Outro aspecto

importante é que a nova lista de títulos passará por revisão e atualização periodicamente, podendo haver alterações de acordo com a manifestação das instituições. O conjunto final de nomenclaturas funcionará como referência, e as escolas que julgarem que seus cursos não se encaixam poderão contestar e sugerir mudanças.